

01 de Março de 2004

Contas Regionais

1995-2001

CONTAS REGIONAIS

As *Contas Regionais 1995 – 2001* foram estabelecidas tendo por referência a *Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos* (NUTS) fixada pelo Decreto-Lei n.º 46/89. Esta edição reúne as *Contas Regionais por Ramos de Actividade*, as *Contas Regionais das Famílias* e as *Contas Regionais das Administrações Públicas* para o período de 1995 a 2001¹. À semelhança das contas nacionais, os resultados que integram a presente publicação têm carácter definitivo, com excepção dos referentes aos anos 2000 e 2001, que são considerados provisórios.

As *Contas Regionais 1995 - 2001* permitem caracterizar sob o ponto de vista económico as regiões portuguesas, através de diversos indicadores delas derivados. Relevam-se, a seguir, as principais análises desenvolvidas em termos médios do período abrangido, em geral.

Concentração económica

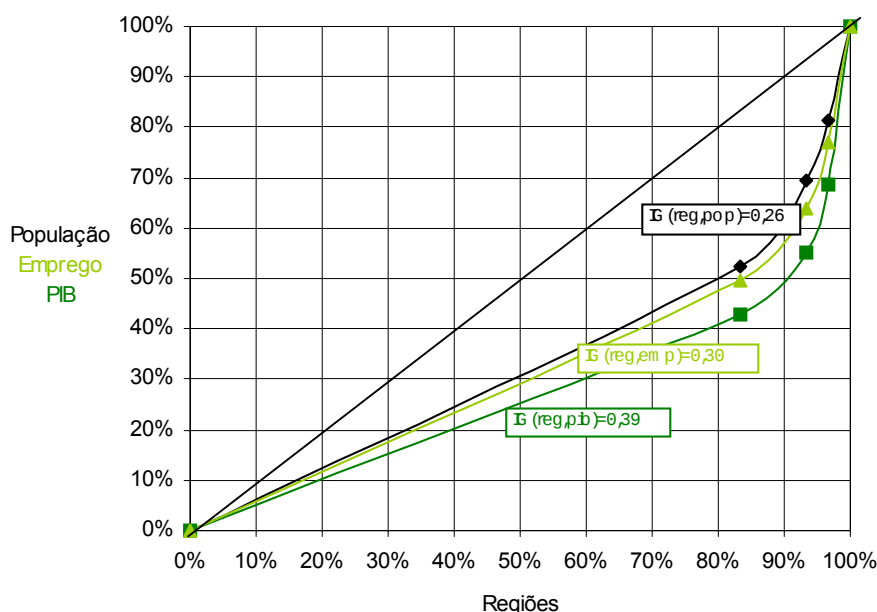
O grau de concentração da actividade produtiva é uma das características que pode ser avaliada a partir dos resultados das contas regionais sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e o emprego regionais, associados com a respectiva população residente.

A elevada concentração regional é evidenciada no **Gráfico 1**, o qual representa as *curvas de Lorenz* relativas aos valores médios do período do PIB, emprego e população, para as trinta regiões NUTS III, e o cálculo dos respectivos *Índices de Gini*. Estes índices apresentam os resultados de 0,26, 0,30, e 0,39, respectivamente para a população, emprego total e PIB.

Em termos médios no período em análise, verificava-se que três regiões – Grande Lisboa, Grande Porto e Península de Setúbal - concentravam 37,5% da população, 41,1% do emprego total, 43,7% do emprego remunerado e 50,6% do PIB. Esta situação também se verificava para a generalidade das actividades económicas. Por outro lado, as dez regiões NUTS III que mais contribuem para o PIB - Grande Lisboa, Grande Porto, Península de Setúbal, Ave, Algarve, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Oeste, Cávado e Tâmega – reuniam, no seu conjunto, 65,7% da população, 67,8% do emprego total, 70,6% do emprego remunerado e 73,1% do PIB.

¹ Os quadros regionalizados das *Administrações públicas* encontram-se disponíveis somente até ao ano 1998, inclusive.

Gráfico 1 – Curvas de Lorenz do PIB, emprego e população (valores médios 1995-2001)



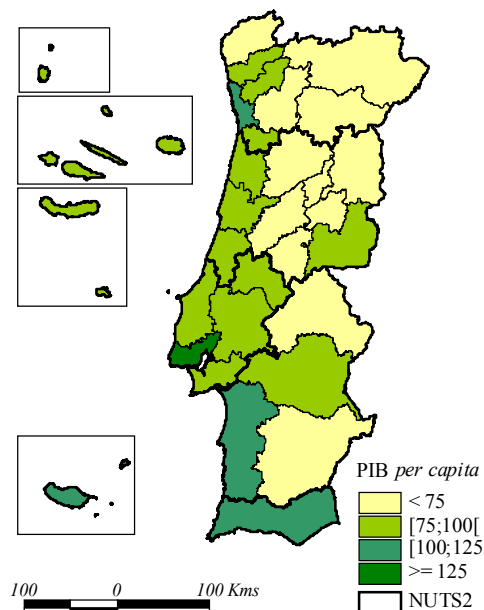
Coesão económica regional

As análises sobre coesão regional ou de desenvolvimento económico comparado entre as regiões centram-se sobre os valores do PIB por habitante (ou *per capita*) e da produtividade por regiões, podendo estes ser estabelecidos, quer em relação à média nacional, quer em relação à média europeia.

Os dois indicadores - PIB por habitante e produtividade - são duas medidas distintas, mas complementares, sobre a mesma realidade económica: no primeiro caso, o PIB gerado numa região é relacionado com a população residente nesse mesmo território económico; no caso da produtividade, com o emprego que lhe corresponde.

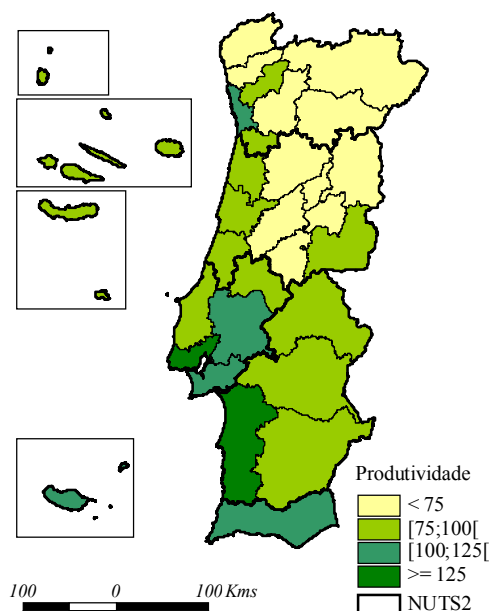
Ao nível das regiões NUTS III, o **Cartograma 1** refere-se aos índices de disparidade do PIB *per capita* em relação à média nacional e aos valores médios do período, segundo quatro escalões: as regiões Tâmega, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Douro, Minho-Lima, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte, Baixo Alentejo, Cova da Beira e Alto Alentejo, apresentavam índices inferiores a 75% da média nacional; R. A. Açores, Cávado, Oeste, Ave, Alentejo Central, Península de Setúbal, Entre Douro e Vouga, Beira Interior Sul, Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral, apresentavam índices superiores a 75 e inferiores à média nacional; as regiões Algarve, R. A. Madeira, Alentejo Litoral e Grande Porto figuram com índices entre 100 e 125; Grande Lisboa era a única região com índice superior a 25% da média nacional (índice 169).

Cartograma 1 – Índices de disparidade do PIB per capita (valores médios 1995-2001)



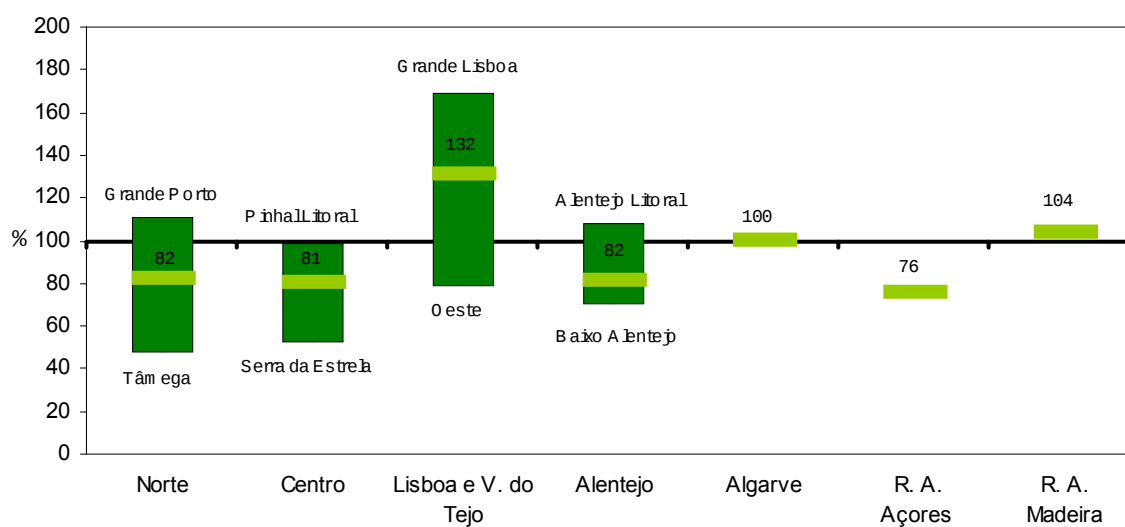
Quanto à produtividade do trabalho, este indicador, sob a forma de índice em relação à média nacional, é representada no **Cartograma 2**. No primeiro escalão, com índices inferiores a 75, figuram as regiões Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Tâmega, Beira Interior Norte, Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Minho-Lima e Douro. No segundo escalão, com índices entre 75 e 100, figuram as regiões Cávado, Ave, R. A. Açores, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Entre Douro e Vouga, Alentejo Central, Oeste, Baixo Alentejo, Pinhal Litoral, Baixo Vouga, Baixo Mondego e Médio Tejo. As regiões com índices de produtividade iguais ou superiores à média mas inferiores a 125 são: R. A. Madeira, Algarve, Grande Porto, Lezíria do Tejo e Península de Setúbal. No último escalão surgem o Alentejo Litoral (índice 127) e Grande Lisboa (índice 137).

Cartograma 2 – Índices de disparidade da Produtividade (valores médios 1995-2001)



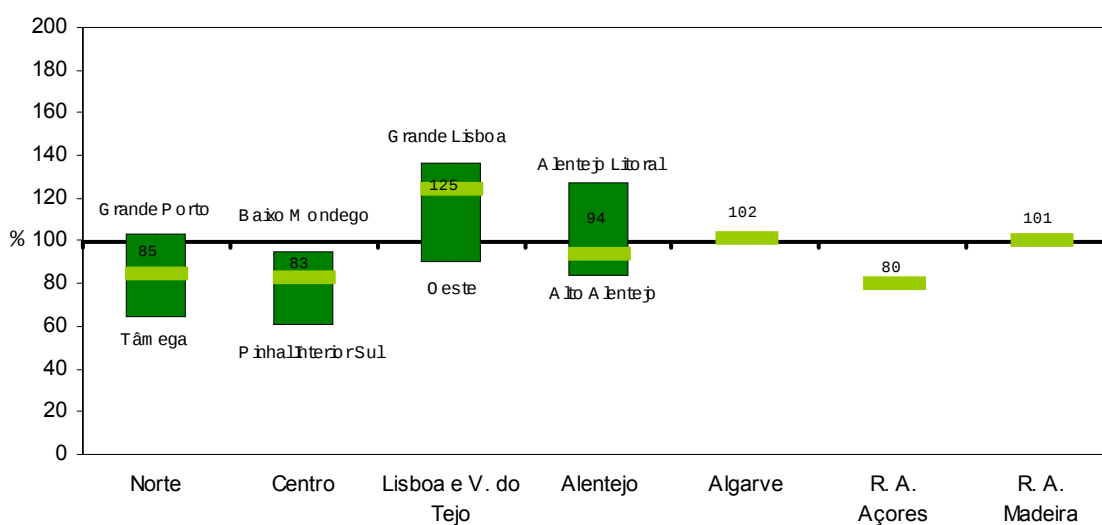
Os **Gráficos 2 e 3** representam estes dois indicadores sobre coesão económica das regiões NUTS III, assinalando também os índices médios ao nível de cada NUTS II, em relação à média nacional.

Gráfico 2 – Índices de disparidade do PIB *per capita* por região (valores médios 1995-2001)



O **Gráfico 2** evidencia, para os valores médios do período, os índices relativos ao PIB por habitante, ao nível da NUTS II: 82 (Norte), 81 (Centro), 132 (Lisboa e Vale do Tejo), 82 (Alentejo), 100 (Algarve), 76 (R.A. Açores) e 104 (R.A. Madeira). Ao nível da NUTS III, os índices máximos e mínimos, para cada região NUTS II, verificavam-se, respectivamente, no Grande Porto e Tâmega, Pinhal Litoral e Serra da Estrela, Grande Lisboa e Oeste e Alentejo Litoral e Alto Alentejo.

Gráfico 3 – Índices de disparidade da Produtividade por região (valores médios 1995-2001)



No caso da produtividade, representada no **Gráfico 3**, as regiões NUTS II apresentavam índices de 85, 83, 125, 94, 102, 80 e 101, sucessivamente para o Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, R.A. Açores e R.A. Madeira. Neste caso, os índices máximos e mínimos verificavam-se no Grande Porto e Tâmega, Baixo Mondego e Pinhal Interior Sul, Grande Lisboa e Oeste e Alentejo Litoral e Alto Alentejo.

A análise de coesão regional é complementada pelo cálculo do coeficiente de variação para os dois indicadores.

Em relação ao PIB *per capita*, a região que apresentava menor variação era o Alentejo, com 16,6% no período 1995-2001; seguindo-se a região Centro, com 20,8%, a região Norte, com 27,9% e, finalmente, Lisboa e Vale do Tejo, com 31,7%, sendo a região menos homogénea. Em termos inter-regionais a variação era muito mais significativa, com um valor de 37,2%.

No caso da produtividade, a variação era menos significativa, quando comparada com o PIB por habitante: o Norte era a região que apresentava o indicador mais elevado (18,1%) e a região mais homogénea era, neste caso, Lisboa e Vale do Tejo, com 13,6%. As regiões Centro e Alentejo apresentavam coeficientes de variação intermédios, respectivamente de 15,0% e de 16,7%. A variação inter-regional da produtividade foi estimada em 24,1%, em termos médios da série.

Evolução real do PIB

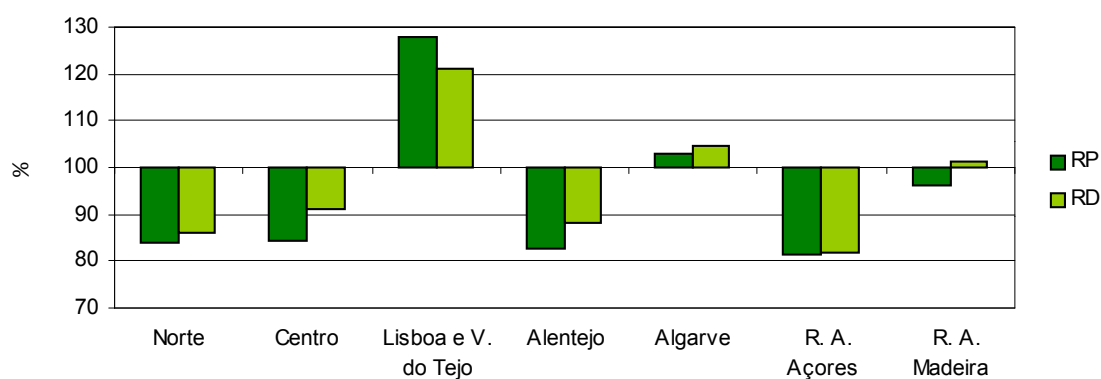
As estimativas da evolução real do PIB das regiões NUTS II foram obtidas para todo o período considerado (1995 - 2001), tendo genericamente por base os índices de preços do VAB nacional (CN) por ramos de actividade, segundo a desagregação máxima de elaboração. As taxas de crescimento médio em volume, ou reais, do PIB das regiões, para o período de 1995 a 2001, foram as seguintes: Norte, 2,6%, Centro, 3,5%, Lisboa e Vale do Tejo, 4,1%, Alentejo, 2,5%, Algarve, 4,5%, R. A. Açores 3,1% e R. A. Madeira 4,6%, enquanto o país na sua totalidade aumentou 3,5% em termos médios.

Rendimentos das famílias por região NUTS II

Os Rendimento Primário (RP) e Rendimento Disponível (RD) das famílias em termos *per capita* constituem indicadores economicamente significativos no contexto regional. No caso do RD, este indicador é retido como indicador do nível de vida das regiões.

O **Gráfico 4** representa os índices do RP e RD das famílias por regiões NUTS II. Em termos médios, apenas Lisboa e Vale do Tejo e o Algarve apresentam para os dois agregados índices superiores à média nacional, com valores de 128 e 121, no primeiro caso e de 104 e 105, no caso do Algarve. Além destas regiões, também a R. A. Madeira apresentava índice superior a 100, no caso do RD (102), enquanto se afastava em cerca de -5%, no RP. As demais regiões apresentavam índices de RP e RD inferiores à média do país: Norte, 84 e 86; Centro, 84 e 91; Alentejo, 82 e 88 e R. A. Açores 82, respectivamente.

Gráfico 4 – Índices dos rendimentos primário e disponível das famílias por região (valores médios 1995-2001)



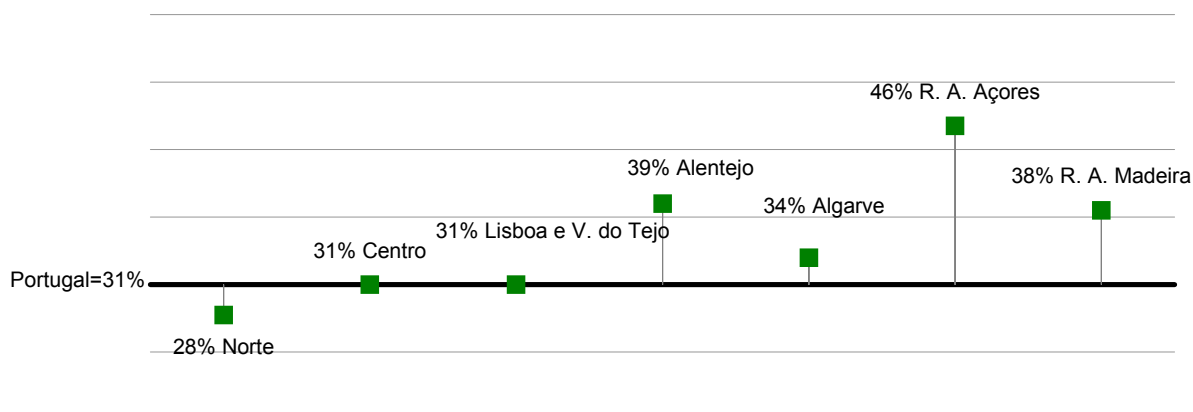
Estes resultados indiciam transferências de rendimentos entre as regiões que diminuem as disparidades regionais entre o RP e RD por habitante, de que beneficiam, em regra, todas as regiões.

Relevância da FBCF

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país cresceu, entre 1995 e 2001, a uma taxa anual média de cerca de 10%. Apenas as regiões do Alentejo, Algarve e R.A. Madeira superaram claramente este ritmo de crescimento, apresentando taxas na ordem dos 17%, 15% e 16%, respectivamente.

Em termos de relevância da FBCF nas economias regionais, o **Gráfico 5** permite ter uma melhor percepção da disparidade de valores relativamente à média nacional através da taxa de investimento aparente (proporção da riqueza gerada que é investida): o Norte, o Centro e Lisboa e Vale do Tejo eram as únicas regiões a apresentar valores iguais ou abaixo da média nacional. Por outro lado, as Regiões Autónomas e o Alentejo apresentavam, em quase todos os anos, a maior taxa de investimento: em 2001, a FBCF da R. A. Açores, do Alentejo e da R.A. Madeira correspondia, respectivamente, a cerca de 46%, 39% e 38% do VAB regional, situando-se o valor nacional em 31%. A R.A. Açores e a R.A. Madeira eram as únicas regiões do país a apresentar, para todas as actividades, excepto na *Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura*, taxas de investimento superiores ao valor nacional.

Gráfico 5 – Percentagem da FBCF no VAB regional (2001)



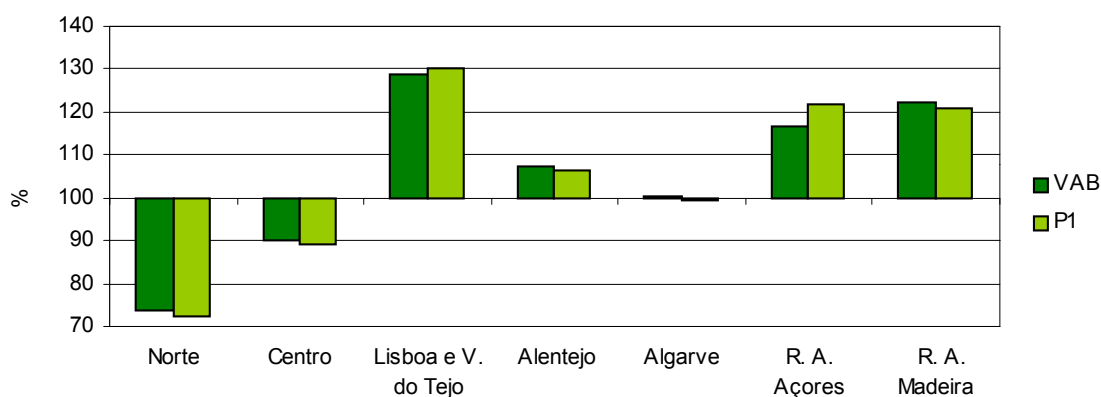
Impacto das administrações públicas

As contas económicas regionais das *Administrações públicas* permitem, entre outros aspectos, medir o impacto nas regiões das *Administrações públicas* sobre a produção e o investimento.

O contributo das *Administrações públicas* para o produto de cada uma das regiões pode ser avaliado através de dois indicadores: o VAB, a preços de base, e o valor da produção (P1). O **Gráfico 6** traduz a distribuição regional destes dois indicadores, em termos médios, para o período 1995-1998, tendo em conta os valores *per capita* referenciados, em cada período, ao total nacional (Portugal = 100).

A região onde se observava um maior contributo do sector das *Administrações públicas* para o VAB é a região de Lisboa e Vale do Tejo, onde se localizam os serviços da *Administração central*. De seguida, surgem as Regiões Autónomas, onde se localizam os serviços associados aos *Órgãos dos Governos Regionais*. Por sua vez, o Alentejo também apresentava índices superiores à média nacional, enquanto o Algarve figurava com índices próximos de 100. Pelo contrário, as regiões Norte e Centro apresentavam índices inferiores à média nacional.

Gráfico 6 – Índices de capitação do VAB e da produção das Administrações públicas por região (valores médios 1995-1998)



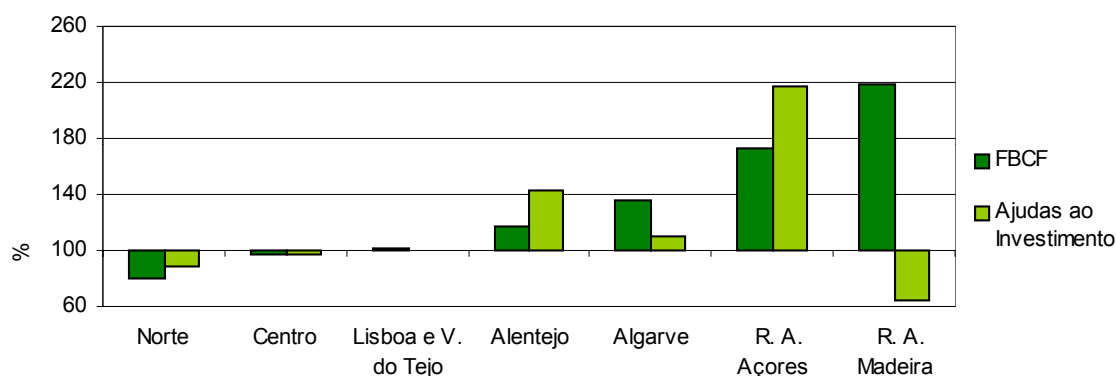
No que se refere ao investimento, o impacto das *Administrações públicas* tem em atenção duas perspectivas complementares: por um lado, a FBCF promovida directamente por este sector institucional, por outro lado, as ajudas ao investimento concedidas pelas *Administrações Públicas*, as quais correspondem a transferências de capital destinadas a financiar operações de investimento realizadas por outras unidades institucionais. Neste caso, uma vez que as ajudas ao investimento podem ser concedidas a subsectores das próprias *Administrações Públicas*, consideraram-se apenas os apoios concedidos a outros sectores, designadas por ajudas ao investimento consolidadas.

O **Gráfico 7** representa, em termos *per capita* e sob a forma de índice, assumindo a média nacional o valor 100, os valores médios de FBCF e das ajudas ao investimento, entre 1995 e 1998, efectuadas pelas *Administrações públicas* nas diversas regiões NUTS II.

As regiões que mais beneficiaram do investimento público em FBCF, são a R. A. Madeira, seguida da R. A. Açores e do Algarve. No caso das Regiões Autónomas, foram sobretudo os *Órgãos dos Governos Regionais* que financiaram estes investimentos, enquanto que, no caso do Algarve, os investimentos são essencialmente promovidos pela *Administração central* e pelos *Municípios*. O Norte e o Centro situavam-se abaixo da média nacional neste indicador.

Quanto à distribuição espacial das ajudas ao investimento consolidadas concedidas pelas *Administrações públicas*, destacam-se a R. A. Açores e o Alentejo, que assumem esta posição pelo facto de beneficiarem de significativos apoios ligados à agricultura, seguidas pelo Algarve. A R. A. Madeira é a que menos beneficia deste tipo de apoios.

Gráfico 7 – Índices de capitação da FBCF e das ajudas ao investimento consolidadas promovidas pelas Administrações públicas por região (valores médios 1995-1998)



Os quadros que se seguem constituem uma síntese dos principais agregados das *Contas Regionais 1995-2001*. Toda a informação agora disponibilizada consta no *Site* do INE.

Quadro 1 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado por região NUTS I, II e III (1995-2001)

Regiões	Unidade: milhões de euros						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Continente	77 327	82 484	88 934	96 492	103 186	110 120	117 024
Norte	24 289	25 910	27 449	29 484	31 448	33 178	34 937
Minho-Lima	1 287	1 373	1 443	1 530	1 630	1 745	1 858
Cávado	2 318	2 503	2 641	2 830	3 057	3 318	3 517
Ave	3 301	3 500	3 713	3 987	4 300	4 501	4 663
Grande Porto	11 182	11 863	12 678	13 604	14 350	14 985	15 532
Tâmega	2 015	2 141	2 336	2 539	2 738	3 004	3 232
Entre Douro e Vouga	1 805	1 968	2 115	2 345	2 547	2 626	2 839
Douro	1 220	1 339	1 300	1 335	1 445	1 521	1 720
Alto Trás-os-Montes	1 161	1 225	1 222	1 313	1 382	1 478	1 577
Centro	11 347	12 066	12 835	13 834	14 905	16 187	17 090
Baixo Vouga	2 789	2 942	3 155	3 430	3 699	4 000	4 182
Baixo Mondego	2 658	2 737	2 908	3 103	3 285	3 557	3 702
Pinhal Litoral	1 804	1 958	2 132	2 289	2 537	2 708	2 943
Pinhal Interior Norte	595	651	681	756	801	893	952
Dão-Lafões	1 291	1 426	1 514	1 642	1 806	2 006	2 147
Pinhal Interior Sul	252	276	276	296	294	314	321
Serra da Estrela	213	228	246	262	285	312	323
Beira Interior Norte	609	654	682	734	787	862	907
Beira Interior Sul	592	604	635	677	718	785	819
Cova da Beira	544	590	605	645	693	750	795
Lisboa e Vale do Tejo	35 235	37 636	41 251	45 321	48 454	51 679	55 157
Oeste	2 330	2 546	2 726	3 009	3 245	3 486	3 851
Grande Lisboa	24 971	26 518	29 028	31 863	34 349	36 752	39 068
Península de Setúbal	4 681	4 988	5 537	6 164	6 335	6 585	6 988
Médio Tejo	1 594	1 744	1 859	2 025	2 181	2 323	2 463
Lezíria do Tejo	1 660	1 840	2 102	2 261	2 344	2 533	2 788
Alentejo	3 617	3 848	4 112	4 279	4 469	4 744	5 043
Alentejo Litoral	883	982	1 070	1 086	1 106	1 073	1 103
Alto Alentejo	774	832	861	930	978	1 042	1 113
Alentejo Central	1 092	1 187	1 285	1 361	1 434	1 623	1 755
Baixo Alentejo	868	847	896	901	951	1 006	1 072
Algarve	2 839	3 024	3 287	3 574	3 909	4 333	4 797
R. A. Açores	1 435	1 535	1 602	1 736	1 921	2 091	2 230
R. A. Madeira	1 908	2 031	2 265	2 514	2 694	3 055	3 219
Extra-regio	157	180	213	221	229	282	328
PORTUGAL	80 827	86 230	93 014	100 962	108 030	115 548	122 801

Quadro 2 - FBCF, por região NUTS I e II (1995-2001)

Unidade: milhões de euros

Anos	Continente	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra- regio	PORTUGAL
1995	17 500	4 729	2 878	8 477	771	645	455	494	11	18 457
1996	18 914	5 041	2 639	9 584	1 001	649	462	718	29	18 914
1997	22 605	6 051	2 875	11 693	1 243	743	519	637	13	23 771
1998	25 710	7 106	3 253	12 967	1 606	778	548	852	13	27 125
1999	27 552	7 717	4 217	13 466	1 118	1 034	715	1 175	19	29 462
2000	30 333	8 008	4 275	15 502	1 536	1 012	826	1 246	15	32 420
2001	31 241	8 569	4 648	14 978	1 696	1 399	888	1 063	17	33 204

Quadro 3 - Rendimento Primário e Rendimento Disponível das famílias, por região NUTS I e II (1995-2001)

Unidade: milhões de euros

Anos	Continente	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra- regio	PORTUGAL
Rendimento Primário *										
1995	56 945	17 953	8 758	25 359	2 676	2 199	1 150	1 383	136	59 614
1996	59 790	18 981	9 187	26 538	2 789	2 295	1 222	1 420	153	62 585
1997	62 653	19 639	9 417	28 324	2 867	2 406	1 229	1 536	183	65 601
1998	67 343	20 803	10 180	30 734	3 026	2 600	1 318	1 642	189	70 492
1999	71 174	22 183	10 754	32 377	3 084	2 775	1 416	1 725	195	74 509
2000	77 442	23 837	11 626	35 569	3 329	3 082	1 567	1 890	241	81 141
2001	82 219	24 917	12 222	38 144	3 533	3 403	1 654	2 077	258	86 208
Rendimento Disponível *										
1995	54 471	17 506	9 130	22 992	2 702	2 141	1 071	1 451	112	57 105
1996	56 850	18 583	9 472	23 771	2 809	2 215	1 159	1 438	124	59 572
1997	59 387	19 093	9 605	25 492	2 867	2 331	1 179	1 576	148	62 289
1998	64 185	20 334	10 492	27 773	3 070	2 517	1 279	1 628	152	67 245
1999	68 057	21 736	11 214	29 211	3 186	2 711	1 366	1 691	157	71 271
2000	73 818	23 266	12 076	32 066	3 329	3 082	1 567	1 890	241	81 141
2001	78 543	24 499	12 794	34 283	3 651	3 315	1 636	2 034	183	82 395

* Rendimento Primário e Rendimento Disponível em termos brutos

Quadro 4 - VAB das Administrações Públicas por região NUTS I e II (1995-1998)

Unidade: milhões de euros

Anos	Continente	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra- regio	PORTUGAL
1995	11 573	3 103	1 874	5 462	697	437	315	354	144	12 386
1996	12 412	3 453	2 038	5 715	739	467	377	401	164	13 354
1997	13 481	3 796	2 218	6 151	802	514	399	428	195	14 503
1998	14 781	4 146	2 457	6 744	872	562	437	472	201	15 891

Quadro 5 - FBCF das administrações públicas por região NUTS I e II (1995-1998)

Unidade: milhões de euros

Anos	Continente	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra- regio	PORTUGAL
1995	2 699	836	533	1 037	152	140	129	174	17	3 018
1996	3 241	1 032	590	1 239	223	158	130	199	25	3 596
1997	3 679	1 193	671	1 348	263	205	169	199	2	4 050
1998	3 609	1 103	645	1 383	270	208	165	203	6	3 983

Quadro 6 - Ajudas ao investimento das administrações públicas por região NUTS I e II (1995-1998)

Unidade: milhões de euros

Anos	Continente	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira	Extra- regio	Resto do Mundo	PORTUGAL
1995	987	290	190	340	123	45	66	24	-	-	1 077
1996	1 212	430	220	434	82	44	91	21	-	1	1 325
1997	1 300	439	215	496	99	51	55	20	-	0	1 376
1998	1 444	505	257	538	79	66	54	15	-	3	1 516